



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO- ESTADO DO PARANÁ.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de 2021, às 14:00 horas na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Subestação de Enologia nº 2008, nesta cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, reuniu-se a Assembleia Legislativa Municipal para a Audiência Pública de Prestação de Contas do 2º Quadrimestre – 2021 (MAIO - AGOSTO). Verificando o quórum legal, com a proteção de Deus e sob a Presidência do Excelentíssimo Vereador Dr. João Freitas, PRESIDENTE da Comissão de Finanças e Orçamento, foi declarada aberta a AUDIÊNCIA PÚBLICA. Presentes o Vereador Luiz Scervenski – Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Sargento Crestani – Membro da Comissão de Finanças e Orçamento. Dando início aos trabalhos, o Vereador concedeu a palavra à contabilista da Câmara Municipal de Campo Largo, Melissa Rúbia Pinheiro Perreira Melissa para fazer a prestação de contas referente ao Legislativo. A contabilista proferiu o seguinte pronunciamento: Após saudar os Vereadores membros da comissão e o público presente, passou a expor a Prestação de Contas da Câmara Municipal. Explicando detalhadamente um a um todos os itens constantes do ANEXO (01) um, que faz parte integrante desta ata. Após colocou-se à disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas. Houve questionamentos por parte do presidente da comissão Vereador Dr. João Freitas referente aos quais serviços englobam a locação de mão de obra prestados à Câmara. A contadora respondeu sobre a Empresa Terceiriza, que realiza os serviços de vigia, já os serviços de jardinagem não se enquadram nesta empresa. O Vereador Dr. João Freitas questionou também em relação a obrigações tributárias que não teve, a contadora respondeu que são taxas que algumas vezes não vão ter, como por exemplo a taxa de lixo. Não havendo questionamentos por parte dos presentes, encerrou seu pronunciamento. Findo o Pronunciamento da contabilista, o Sr. Presidente Vereador Dr. João Freitas deu continuidade à Audiência Pública concedendo a palavra ao representante do Executivo, Senhor Secretário de Finanças e Orçamento do poder Executivo, Tiago Maister Tiago, Na sequência passou a expor a Prestação de Contas em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, explicando e detalhando um a um



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO


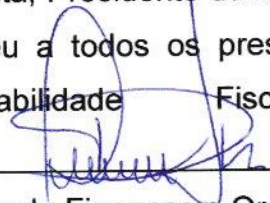
ESTADO DO PARANÁ

todos os itens do ANEXO(02) dois, que é parte integrante desta ata. Após, colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas. O Vereador Sargento Leandro Chrestani questionou o que seria os juros, encargos e dívidas que ultrapassaram em média de 114%, ainda no segundo quadrimestre. O Secretário explicou que são todas as obrigações que o município precisa pagar todos meses, como os convênios, as operações de crédito com destaque para a "finisa". O Secretário comentou ainda que as operações de crédito, "tipo finisa", são aquelas que não tem como prever como será feito o desembolso e depois de ser realizado o desembolso como será a cobrança desses valores e como será o valor específico para pagar a cada mês, assim se faz uma previsão do orçamento dos anos anteriores para se ter uma base, um valor máximo, mas isso sofre pode sofrer alteração. O Vereador Sargento Leandro Chrestani questionou porque possivelmente isto tenha acréscimo nos próximos anos tendo em vista que isto passou pela "casa" mais de 85 milhões de financiamento tendo a previsibilidade legal para os próximos anos que aumente esse valor de juros, cargo e dívidas previstas nas leis orçamentárias. O Secretário comentou que muito embora haja operações de crédito que estão em fase de liquidação e algumas estão se findando existe outras situações como a do "finisa", explicando esta última. O Vereador Sargento Leandro Chrestani perguntou sobre a folha de pagamento do pessoal que está acima de 46%, dentro do limite prudencial, e as terceirizadas se "enquadrariam" em qual tipo de folha de pagamento porque se elas fossem "enquadradas" como pessoal que trabalha na prefeitura ultrapassaria o limite da responsabilidade fiscal. O Secretário respondeu que o pagamento não entra nessa folha de gasto de pessoal por que são serviços de contratação de terceiros de pessoas jurídicas, pagas nessa rubrica, não são atividades fim mas atividades meios, como empresas de manutenção, vigilância, então o tribunal de contas estabelece que estes gastos não entram no grupo de gastos de pessoal mas sim em outras despesas computadas como contratação de terceiros jurídicas. O Vereador Sargento Leandro Chrestani questionou de onde se tira a rubrica do pagamento das terceirizadas pois não foi especificado nos anexos. O Secretário respondeu que a contratação de pessoas jurídicas se encontra nas outras despesas correntes. Após o Sr. Presidente Vereador Dr João Freita questionou sobre o IPTU que foi arrecadado com o valor acima da meta e isso se deve a que, a dívida anterior ou a qual motivo. O secretário esclarece que ao elaborar um orçamento tem que levar em consideração o principal



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

princípio que norteia o equilíbrio orçamentário, não pode ter a previsão de despesa maior que a de previsão da receita e também levando o histórico do município que não faz o total de lançamento de IPTU como previsão de arrecadação porque tem situações de inadimplências e isenções, comentando também sobre a aprovação do legislativo sobre o "Projeto REFIS". O Sr. Presidente Vereador Dr. João Freita questionou sobre o repasse da saúde de 19 milhões, se este valor está dentro da meta prevista legal ou está incluído inclusive naquele valor a mais que o município estava colocando devido ao "Covid". O Secretário respondeu que são todas as transferências recebidas que o município recebeu do governo federal destinado para a saúde, nesse caso não entra a questão dos recursos livres. Em seguida houve questionamentos por parte do assessor do Vereador Dr. João Freita sobre da taxa de melhoria e o Secretário respondeu que o município instituiu essa taxa de contribuição de melhoria apenas entre os anos de 2010 e 2012 e explicou o que é necessário para o contribuinte fazer para obter essa taxa. Não havendo mais questionamentos encerrou seu pronunciamento. O Sr. Presidente Vereador Dr João Freita deu continuidade à Audiência Pública concedendo a palavra ao Sr. Emerson Quadros Zanetti , Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo, iniciou seu pronunciamento expondo a prestação de contas do FAPEN explicando detalhadamente um a um todos os itens do ANEXO (03), que faz parte integrante desta ata. Após, colocou-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e, não havendo questionamentos, encerrou seu pronunciamento. Terminada a exposição o Presidente da Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Vereador Dr João Freita, Presidente da comissão de finanças e orçamento da Câmara Municipal, agradeceu a todos os presentes dando por cumpridas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Do que para constar eu,  Vereador Luiz Scervenski, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, lavrei a presente Ata.



Dr. João Freita
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
Presidente da Sessão de Audiência Pública